



ATA Nº.26/2013
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2013

Aos vinte nove dias de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas catorze horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Joaquim dos Santos Paulo Espanhol, Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor António José Lopes Anselmo.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

-----PONTO 1. ORDEM DO DIA-----

A ordem do dia foi a seguinte:-----

Ponto 1.1 – Documentos Previsionais-----

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2014-----

b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2014 – 2017-----

Ponto 1.2 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014-----

Ponto 1.3 – Proposta de Autorização de Contratação de Empréstimo Bancário de Curto Prazo para o ano de 2014-----

Ponto 1.4 – Designação do representante na EDC' Mármore-----

-----PONTO 1.1 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS-----

a) Proposta de Orçamento para o ano de 2014-----

Previamente distribuída por todo o executivo foi presente proposta de Orçamento para o ano de 2014 que apresenta os seguintes valores:-----



Receita Corrente: 6.302.432,00€-----
Receita de Capital: 2.079.350,00€-----
Total da Receita: 8.381.782,00€-----
Despesa Corrente: 6.302.432,00€-----
Despesa de Capital: 2.079.350,00€-----
Total da Despesa: 8.381.782,00€-----

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º.1 do artigo 10º da Lei n.º.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.-----

Posteriormente, e conforme estabelecido na alínea c) do n.º.1 do artigo 33º da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, **por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Antes de colocar a proposta à votação o Senhor Presidente, começou por referir que, para a elaboração das grandes opções do plano e orçamento para 2014, teve o cuidado de tentar saber quais seriam as coisas mais importantes a fazer, em termos de desenvolvimento de trabalho.-----

Para isso, convocou reuniões com os técnicos, fizeram um balanço de forma a saber aproximadamente a verba com que poderiam contar e definiu objetivos.- Como objetivos prioritários, estabeleceu o pagamento de dívidas, a manutenção dos postos de trabalho, a dinamização entre Associações e Coletividades e a realização de obras por administração direta, entre as quais: a obra a realizar na Avª D. Dinis de Melo e Castro, os melhoramentos nos Parques Infantis, a dinamização do Celeiro da Cultura e o avanço das obras no rés-do-chão do edifício da Câmara. Reafirmou tratarem-se de obras por administração direta, ou seja, os custos inerentes a cada uma delas são somente com o material que se irá gastar utilizando mão-de-obra da câmara.

Relativamente à situação das viaturas, disse ser também uma questão que o preocupa uma vez que, lamentavelmente, a Câmara apenas dispõe de uma ou duas viaturas em bom estado.-----



Continuando a sua intervenção, disse que, neste orçamento, e em termos de pagamento de despesa, estão salvaguardados o resto dos pagamentos da obra da Porta do Castelo e dos equipamentos para o Centro Escolar. -----
Informou, que em relação a determinados projetos na área da arquitetura, a autarquia irá contar com a presença de um(a) arquiteto(a) paisagista, que irá trabalhar diretamente com o Gabinete Técnico, de maneira a que se consigam concretizar alguns trabalhos nessa área. Este projeto tem a colaboração da Universidade de Évora e não traz custos para a Câmara.-----
Quanto às concessionárias dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos e industriais, o senhor Presidente referiu que em relação à GESAMB, existe a intenção de desenvolver medidas que visem reduzir os encargos que a câmara tem para com esta empresa, projetando por exemplo um número de contentores e ecopontos mais adequados às necessidades do concelho, tentando assim melhorar a eficiência dos serviços. Em relação às Águas do Centro Alentejo, pretende-se também reduzir custos associados ao serviço de abastecimento de águas e saneamento. -----
As despesas com pessoal de acordo com os valores atuais estarão entre os 2 milhões e novecentos mil euros e os 3 milhões duzentos e cinquenta mil euros. -----
Neste orçamento municipal, foram tidos também em consideração valores relativos aos acordos de pagamento de despesas que foram contraídas em 2012, e para as quais foram celebrados acordos de pagamento com as empresas – “Águas do Centro Alentejo” e “Lena – Engenharia e Construções”.- O histórico destes acordos ronda 1 milhão e duzentos mil euros. -----
Finalizou a sua intervenção comparando o total das despesas com o total das receitas. Face a isto, conclui restar pouca verba, mas que se propõe com o pouco que resta, respeitar compromissos e valorizar as pessoas que cá trabalham.-----
Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra, dizendo que quando falou da monitorização do documento, é precisamente o que aparece agora aqui retratado, ou seja, existem desvios fortes em relação ao que é o orçamento



apresentado, e em relação ao Plano de Assistência que se subscreveu, com as devidas justificações. -----

Relativamente à proposta de orçamento apresentada, teceu as seguintes considerações: -----

- Houve uma considerável diminuição, em termos de dimensão de papel. É certo que os orçamentos anteriores, eram repetitivos, mas davam no geral, uma pré visão do que tinha decorrido nesse ano. Este documento por sua vez, não fornece os dados relativos à execução da Receita e da Despesa, até à data da aprovação do Orçamento.-----

- A estrutura do documento foi mantida. Em sua opinião deveriam ter optado por uma nova matriz, uma matriz diferente da que vinha sendo utilizada. -----

- As linhas estratégicas de desenvolvimento, estão pouco consistentes, pouco fundamentadas.-----

Em sua opinião, talvez por falta de tempo e disponibilidade, falta maturação sobre aquilo que é o projeto para Borba. Este orçamento "*deixa-nos órfãos*" de um projeto, faltando aqui uma visão de futuro para Borba. Este orçamento não tem plurianualidade. Acrescentou ser necessário, ao longo do tempo, amadurecer esta situação e ver quais são os projetos determinantes para o Concelho de Borba.-----

- Concorda que se tenha que parar para pensar. Mas não se pode "*adormecer*" e parar a ambição. -----

Salientou, que os Borbenses esperam que a Câmara ganhe nova dinâmica e consiga dar resposta áquilo que são as necessidades das pessoas. Enquanto políticos têm responsabilidades com o que durante as campanhas eleitorais disseram ser possível fazer por esta terra.-----

Por sua vez, este orçamento tem o mérito de "*assentar os pés na terra*", coisa que durante 12 anos, embora tenha chamado a atenção para isso, nunca foi aceite. É por isso da opinião, que falta neste orçamento um capítulo/parágrafo que não atribua somente as responsabilidades aos problemas nacionais, mas que refira que existem aqui responsabilidades locais e que houve uma má gestão por parte do Município de Borba. -----



Continuando a sua intervenção, disse mostrar-se preocupado, com os valores apresentados para este orçamento. Questionando assim a sua exequibilidade. -----

Colocou então algumas questões:-----

- Como é que a Câmara apresenta uma proposta de receita de água no valor de 292 mil euros, quando está proposto pagar de água 800 mil euros? (sem incluir os valores do saneamento) -----

Dado que, a câmara tem um acordo com as Águas de Portugal para pagar uma dívida de 2002, cuja prestação mensal é de 15 mil euros, gostaria que lhe fosse devidamente explicado o que é que de facto, está englobado nesta verba (800mil euros)? -----

Apesar de já ter solicitado este tipo de informação várias vezes, ainda nunca lhe foi dada nenhuma explicação. As Águas do Centro Alentejo todos os anos atualizam os tarifários e, quem esteve na Câmara ao longo destes anos (certamente por estratégia política não querendo enfrentar a população com as atualizações e não querendo dar razão à CDU, quando disse que a adesão ao sistema das águas do Centro Alentejo, provocava um drástico aumento no preço da água) não as atualizou. -----

- Saber se os 400 mil euros de dívida à ADSE, são para este ano, ou se são referentes ao valor total do Acordo?-----

- Saber, em termos de pessoal, quais são as variações entre pessoal contratado por tempo indeterminado e pessoal contratado por tempo determinado, uma vez que havia obrigatoriedade de reduzir tanto num lado como no outro. No entanto o mapa de pessoal aponta para o contrário. O senhor Vereador Joaquim Serra disse existirem algumas contradições nas Grandes Opções do Plano, como é o caso de continuar a constar que os apoios financiados são a 80%, quando já se sabe que passaram para 85%.-----

Existe uma previsão de grande receita por parte do IEF, o que o leva a concluir que, ou já há ou vai haver muita gente colocada através de Programas Ocupacionais.-----



Existem muitos fatores que prelimitam efetivamente a atividade e que transformam este orçamento, num orçamento meramente de gestão corrente. -----

Frisou o facto de se ter apontado para a implementação do GADE, mas em termos de medidas concretas, como é que se vai implementar? Com que potencial humano? Com que meios? -----

Achou que seria importante que essa medida constasse quer na parte da estratégia quer nos instrumentos financeiros. Pode-se ter um milhão de euros livres para investimento, mas se esse milhão ou uma parte dele for direcionado para projetos de interesse municipal, que tenham apoio comunitário, esse milhão pode-se transformar em 4 ou 5 milhões. Para isso, há que preparar um conjunto de candidaturas de modo a que possam ser apresentadas a concursos públicos. -----

Relativamente ao movimento associativo, apesar de haver boa vontade para a dinâmica do mesmo, o certo é que continua igual.-----

As Freguesias continuam também sem dinamização, situação que se agravará com a atribuição de novas competências. -----

Continuando a sua intervenção, disse que este orçamento espelha a situação a que a Câmara chegou. Esta situação, vinha sendo camuflada através de orçamentos de 16 e 17 milhões de euros, o que levava a crer que havia dinheiro para tudo... mas afinal, e quando nos deparamos com a realidade, verificamos que a situação é muito mais complicada, comprometendo o futuro e as gerações vindouras. -----

Disse ainda que, por parte do anterior executivo, não houve bom senso nem respeito, houve apenas o ir utilizando os dinheiros públicos sem olhar à sustentabilidade dos mesmos, exemplificando com o caso das Piscinas Cobertas, que apesar de só funcionarem 6 ou 7 meses por ano, têm uma despesa de cerca de 100 mil euros. O problema é que a receita da mesma, não cobre a despesa efetuada. Acrescentou ser importante a utilização destes equipamentos, não descorando até que ponto os orçamentos municipais podem ir “absorvendo” os custos dos mesmos. -----



Chamou a atenção para alguns erros, existentes neste Orçamento, nomeadamente na parte do Mapa de Pessoal, os quais foram de imediato corrigidos. -----

Fazendo uma análise comparativa aos valores inscritos em Orçamento e aos valores que foram acordados na PAF, teceu as seguintes considerações, pedindo um esclarecimento acerca das variações constatadas, sendo que:-----

As despesas correntes apresentam um diferencial de 800 mil euros. No orçamento está contemplada uma verba de 6 milhões e trezentos mil euros, no entanto o que foi acordado em termos de PAF rondava os 5 milhões e quinhentos mil euros. -----

Nos passivos financeiros está orçamentada uma verba de um milhão e vinte e cinco mil euros, contudo o valor acordado em termos de PAF era de 896 mil euros, dos quais 187 mil euros resultantes do PAEL;-----

Relativamente ao mapa de pessoal, pretendeu saber se o mesmo cumpre com o que está estipulado em termos de obrigatoriedade de redução de pessoal, bem como se a verba existente nesta rubrica, dá cobertura a esta despesa. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Jerónimo Cavaco, e disse que este documento independentemente de ser um documento técnico, é o orçamento da Câmara Municipal de Borba. A introdução política que é feita no início do documento, faz referência ao pouco tempo que decorreu entre a tomada de posse deste executivo e a preparação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. No entanto, informou, que numa das oportunidades que tiveram, foi transmitido ao senhor Presidente que as coisas não eram tão simples como se dizia. Este orçamento não é, tal como foi dito pelo Vereador Joaquim Serra, o “assentar os pés na terra”, mas sim “o bater de frente com a realidade”. -----

Quanto às linhas estratégicas de desenvolvimento, parece-lhe haver um descomprometimento total por parte da Câmara. As mesmas, embora cheias de boas intenções, estão completamente vazias, pois na prática são pouco exequíveis. -----

Concordando com o que fora dito pelo senhor Vereador Joaquim Serra, acrescentou que este é um orçamento de contingência, um orçamento de gestão, faltando em sua opinião uma visão estratégica para o concelho, pois



as linhas estratégicas retratadas no documento são uma repetição de orçamentos anteriores.-----

Não existe neste Orçamento qualquer referência ao novo Quadro Comunitário de Apoio, nem tão pouco a uma visão estratégica neste âmbito.-----

Terminou esta sua intervenção, chamando a atenção para o facto de, se houver uma inversão da situação económica atual, se se conseguir uma renegociação do plano de ajustamento, se houver alguma liberdade em termos financeiros, *“olhamos para aqui e dizemos: não podemos, pois não pensamos nisso.”* -----

Usou da palavra o Senhor Vereador Benjamim Espiguinha e disse reconhecer as dificuldades em se preparar este orçamento, compreendendo todos os fatores que influenciaram a elaboração do mesmo. Acrescentou que este orçamento significa *“a descida à realidade”*.-----

Tendo tido experiência a nível de Assembleia Municipal durante 4 anos, na primeira Assembleia em que participou foi confrontado com um orçamento de 23 milhões de euros, e logo aí teve a oportunidade de chamar a atenção do anterior executivo, propondo que se fizessem orçamentos reais, pois esse seria o primeiro passo para uma boa gestão. No entanto, quanto a isso, nada foi feito. -----

O valor deste orçamento, 8 milhões e trezentos mil euros, são em sua opinião valores mais aproximados do que é a realidade financeira do nosso Concelho. Este Orçamento tem por base o Plano de Ajustamento Financeiro, que segundo lhe parece foi feito pelo Partido Socialista, que continua a ter enormes responsabilidades na forma como estão agora apresentados este números, bem como o ponto a que o Município chegou.-----

Disse ter consciência que este orçamento não permite grandes investimentos, ainda assim, constatou existir uma vontade de aumentar os subsídios às famílias, bem como de uma forma um pouco menos significativa, aumentar os subsídios das associações sem fins lucrativos, com o que concordou plenamente. -----



Acrescentou que ao nível da força política que representa (PSD), irá durante o ano 2014 acompanhar com todo o detalhe a atividade do Município, porque se para este 1º orçamento, compreende que não se possa ter avançado muito, pretende ao longo de 2014 ajudar para que se consiga ir mais além. Alertou também para a entrada do novo Quadro Comunitário de Apoio, achando fundamental a preparação por parte da câmara para esta nova realidade, que deverá ser acompanhada por todos. -----

Um dos objetivos do Partido Social Democrata, e que se baseia numa das medidas que apresentou no seu programa, seria propor a implementação do orçamento participativo. -----

Questionou o Senhor Presidente sobre a possível existência de um “Plano B”, para o caso da DGAL não se pronunciar favoravelmente na aprovação deste Orçamento. -----

O Senhor Vereador Jerónimo Cavaco, pediu a palavra e dirigindo-se ao Senhor Vereador Benjamim Espiguinha, disse que desde que decidiu encabeçar a lista do PS sempre assumiu todas as responsabilidades, e todas as responsabilidades não foram gerir o Município de Borba durante 12 anos. Hoje é fácil dizer que o Partido Socialista é o responsável por aquilo que está feito, mas é também responsável por ter a gestão que na câmara Municipal de Borba mais dotou o concelho a nível de equipamentos e mais desenvolveu o concelho.-----

Continuando a sua intervenção, disse ser de facto verdade que a questão do endividamento é da responsabilidade do Partido Socialista, pois foi o Partido Socialista que assinou o PAEL, mas obrigado por uma lei do partido político que o senhor Vereador Benjamim Espiguinha apoia. -----

O Senhor Presidente esclareceu, que foi sua intenção, que este orçamento fosse o mais aproximado possível da realidade. -----

Em relação a um plano estratégico para 3 anos, disse que de facto não existe nada definido no documento.-----

Não existe nenhum afastamento, em relação ao que será o novo Quadro Comunitário de Apoio, até porque, a câmara tem mantido contacto, através de reuniões, com os organismos oficiais e não oficiais, que funcionam



diretamente ou indiretamente com os Quadros Comunitários, tendo ficado acordado que todas as informações a este nível lhe serão transmitidas. -----

Disse ainda que regista, com verdade, aquilo que foi dito pelos vereadores. Em primeiro lugar tentar fazer um orçamento o mais correto possível. No que respeita às grandes opções para Borba, estão limitadas como todos sabem. Quanto aos novos apoios do QCA têm que ficar alerta e ver o que por aí vem. Disse que, na sua opinião, o próximo ano será um ano muito importante para tentar o equilíbrio, ou seja, é preferível gerir o concelho de uma forma o mais justo possível com muita atenção em relação a tudo o que se está a passar, nomeadamente, a nível social e fazer obras básicas. Considera que aquilo que se passou nos últimos doze anos será uma experiência, e uma lição, para encarar aquilo que vier de novo. Há também que aprender com os erros do passado e tentar fazer tudo de uma forma muito equilibrada e com muito realismo.-----

Foi solicitada a presença do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr. António Passinhas, que respondeu e esclareceu os membros acerca das questões e dúvidas por eles levantadas. -----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol. Abstiveram-se os Senhores vereadores Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva e apresentaram declaração de voto.-----

Declaração de voto apresentada pelo vereador Jerónimo Cavaco: “Na minha opinião é um orçamento com uma execução extremamente difícil. O sentido de voto do PS (abstenção) é essencialmente pelo facto deste executivo ter tido um mês e meio para fazer o que hoje aqui apresentou. No que respeita às grandes opções do plano, não existem. O facto de vivermos uma situação extremamente complicada, não só a nível local como a nível nacional, que não se avizinha que melhor no próximo ano, não significa que deixemos de ter ambição, ou seja, continuar a pensar no concelho nas suas diferentes vertentes, em termos sociais, económicos, políticos e em termos de



desenvolvimento. Perante aquilo que é a mensagem do Senhor Presidente e as quatro linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho, preocupa-me que o concelho seja, única e simplesmente, não pensado por aquilo que vimos aqui. Deixo o desafio ao executivo para que, quando estiverem a discutir o orçamento para 2015, possamos ter uma visão pensada daquilo que pode ser o concelho daqui para a frente.”-----

Declaração de voto apresentada pelo vereador Benjamim Espiguiinha: “Estes documentos agora apresentados, ilustram perfeitamente a forma negativa como os destinos do nosso concelho têm sido conduzidos ao longo dos anos.- Fruto das desastrosas gestões do passado, o Município de Borba encontra-se numa situação de desequilíbrio financeiro que condiciona os documentos em apreciação, e vai condicionar negativamente o desempenho da autarquia durante os próximos anos.-----

Registo que este documento, ao contrário do que aconteceu no último mandato, apresenta números mais reais, sendo consequência direta do Plano de Ajustamento Financeiro elaborado pelo Partido Socialista aquando da candidatura ao PAEL.-----

Lamento apenas que esta “descida à realidade” tenha resultado de uma imposição e não de uma verdadeira preocupação com a gestão financeira do Município, tal como sempre defendi enquanto eleito na Assembleia Municipal.-----

Naturalmente que, de acordo com o seu programa, o PSD teria apresentado um Orçamento diferente, ainda que com a mesma preocupação com a apresentação de um documento de acordo com a realidade financeira que vivemos. No entanto, entendo que quem foi eleito pelo povo deve ter condições para governar, desde que o faça com rigor.-----

Não abdicarei de, ao longo dos próximos anos, acompanhar a atividade da Câmara procurando apresentar propostas de acordo com o Programa que apresentei aos Borbenses, de que é exemplo a proposta de implementação de um Orçamento Participativo já para 2015.-----

Em relação aos documentos em discussão entendo abster-me pelos motivos que apresentei”.-----



Declaração de voto apresentada pelo vereador Joaquim Serra: “a minha abstenção prende-se com o seguinte: primeiro por entender que face à, situação financeira a que este Município chegou e á, gestão desastrosa que teve nos últimos anos, e que o afundou financeiramente, levando-o ao desequilíbrio não era possível, face ao plano de ajustamento financeiro, apresentar propostas muito diferentes. Isto era uma consciência que já existia, clarificando-se agora com os números e com as propostas. Limita muito a ação daqueles que têm que apresentar um orçamento, porque ficam impedidos de apresentar propostas. Uma coisa é o orçamento, outra coisa são as grandes opções do plano para 2014-2017. Relativamente ao orçamento percebe, já em relação às grandes opções do plano não entende. Entende sim que as grandes opções do plano, independentemente de estarem ou não dotadas financeiramente, deveriam marcar já uma posição para este mandato. Os Planos são plurianuais, por isso devem ter um horizonte de quatro anos e não estamos com esse horizonte. Isso deveria ser marcado nesta proposta e não foi, ou seja, quem olhar para este plano diz que não há propostas, que não há rumo e que não há futuro. Não é isso que nós queremos para Borba, queremos sim ter futuro, um rumo, e queremos ter ambição para chegar mais longe. Assim partimos “cochos” e não queria que se pensasse que Borba não tem projetos para lançar no futuro. Podiam ter aproveitado este ano, mesmo sem haver dotação orçamental, inscrever esses projetos. O Mub, que é força política que está no poder, se os tinha poderia tê-los inscrito nas grandes opções do plano a iniciar futuramente, e assim transmitira aos membros da Câmara aquilo que seriam as opções e aquilo que seriam os projetos que viriam a ser preparados. Neste momento ficamos num vazio, ou seja, não sabemos o que são os projetos, nem como se vão implementar algumas das estratégias porque depois não são acompanhadas de medidas concretas em termos de orçamento. Por isso abstive-me, deixo o benefício de dúvida e procurarei continuar a dar o meu contributo para que estes documentos possam ser mais apelativos, mais incisivos e que apresentem propostas concretas.-----



Pediu a palavra o Senhor Vereador Jerónimo Cavaco, dizendo que, relativamente ao orçamento participativo, que fazia parte do programa eleitoral do Partido Social Democrata e também do Partido Socialista, acredita que, já a partir de 2014, em conjunto com as Juntas de Freguesia se possam partilhar experiências, dar contributos e encontrar uma forma de tornar esse orçamento participativo numa realidade no ano de 2015. -----
Disse estar inteiramente à disposição do executivo para o que entenderem que possa ser útil. -----

a) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2014 – 2017---

Previamente distribuída por todo o executivo foi presente a proposta de Grandes Opções do Plano para 2014 – 2017, que apresenta os seguintes valores:-----

Grandes Opções do Plano:-----

Valor para 2014 – 2017:-----

Valor total: 12.986.705,56€-----

PPI:-----

Valor para 2014 – 2017:-----

Valor total: 4.707.697,66€-----

Para efeitos do disposto na alínea b) do nº.1 do artigo 10º da Lei nº.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.-----

Posteriormente, e conforme estabelecido na alínea c) do nº.1 do artigo 33º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deverá submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa com o nº.1.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, a sua aprovação.-----



Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva, pelos fundamentos apresentados na alínea anterior.-----

PONTO 1.2 – APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014-----

Face ao disposto no artigo 5º da Lei nº.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável às autarquias locais por força do disposto no nº.2 do artigo 3º., os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta do orçamento.-----

Nesse mapa de pessoal consta, em obediência ao que dispõe o nº.1 do artigo 5º do citado diploma legal, o mínimo de postos de trabalho de que os serviços carecem para o desenvolvimento das respetivas atividades e cujos encargos são considerados no orçamento municipal.-----

Para efeitos do disposto na alínea b) do nº.1 do artigo 10º da Lei nº.43/2012, de 28 de agosto, deverá a referida proposta ser remetida à Direcção-Geral das Autarquias Locais (30 dias antes da sua apresentação à Assembleia Municipal) após a aprovação por parte do executivo, de forma que se possam pronunciar sobre a mesma.-----

Posteriormente, e conforme estabelecido na alínea c) do nº.1 do artigo 33º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, **por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deverá submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções, a sua **aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Joaquim dos Santos Paulo Espanhol. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Jerónimo João Pereira Cavaco, Benjamim António Ferreira Espiguinha e Joaquim José Serra Silva.-----



PONTO 1.3 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2014-----

Na sequência da deliberação de Câmara tomada em 06 de novembro de 2013, foram solicitadas propostas relativas às condições de financiamento para empréstimo de curto prazo, para o ano de 2014, (no montante máximo de € 250.000,00) às seguintes instituições bancárias: Caixa Geral de Depósitos, Banco Santander Totta, Millenium BCP, Caixa de Crédito Agrícola, Banco Espírito Santo e Banco Português de Investimento.-----

Presente informação do Chefe de divisão (cuja cópia ficará arquivada em pasta anexa como documento n.º.2) que informa o seguinte:-----

“Após análise das propostas, foi elaborado relatório de avaliação de propostas, tendo-se concluído no mesmo que a proposta apresentada pelo Banco Santander Totta é que melhor satisfaz os interesses do município, uma vez que é a que menos onera o erário público (essencialmente ao apresentar uma taxa de financiamento inferior à proposta pelo BES (Euribor a 3 meses + *spread* de 4,50%) e idêntica à proposta pela CGD (Euribor a 3 ou 6 meses + *spread* de 4,00%), mas com isenção total de comissões e de garantias, ao invés das exigidas na proposta da CGD (comissão de abertura: € 500,00 e comissão de processamento: € 4,00/prestação)”.-----

Tendo por base a análise efetuada às mesmas, e caso se venha a verificar que após decorrida a audiência prévia dos interessados não há a obstar à contratação, conforme disposto na alínea f) do n.º.1, do artigo 25º, da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs que seja solicitada autorização à Assembleia Municipal de Borba para contratação de empréstimo de curto prazo, para o ano de 2014, até ao montante máximo de 250.000,00 € ao Banco Santander Totta.-----

Seguidamente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----



PONTO 1.4 – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA EDC' MÁRMORES

Relativamente a este ponto o Senhor Presidente informou ter recebido um fax da EDC' Mármore a agendar uma reunião do Conselho de Administração, a realizar no salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Viçosa, dia 9 de dezembro, com o objetivo de fazer o ponto da situação de alguns assuntos pendentes, nomeadamente: Novos representantes dos órgãos sociais; situação financeira da Sociedade, transmissão das ações da EDC a novos investidores e processos de expropriação. Disse que pensava que esta situação estava resolvida, pois tinha havido uma deliberação do anterior executivo, para a venda da totalidade das ações detidas pelo Município na E.D.C. Não estando, daí a necessidade de designar o representante do Município na EDC' Mármore antes de participar naquela reunião.

Assim, nos termos do n.º.3 do art.º.55º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, após votação por escrutínio secreto, foi deliberado com dois votos a favor e dois votos em branco, designar o Presidente da Câmara, António José Lopes Anselmo, para representar o Município na EDC' Mármore.

O Vereador Benjamim António Ferreira Espiguinha considerou-se impedido na votação deste ponto.

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.



-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas dezassete horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por dezassete páginas e vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica
